

**Resumo Grupo Sala S-2**

**Relatora: Célia Regina Bueno Palis Poeta** – Representante Suplente do Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Estado do São Paulo na CTPOAR.

**1 – O que caracteriza os corpos de água intermitentes? (definições dos participantes)**

- Falta de Perenidade e contato com o Aquífero;
- Corpos de água com períodos sem água na superfície;
- Sazonalidade de disponibilidade hídrica, atrelada ao lençol freático;
- Corpos de água que não tem conexão com o lençol freático no período de estiagem;
- São corpos que tem sua vazão interrompida /cortada em determinada época do ano, geralmente na época de estiagem;
- Ausência de água por um período de tempo;
- Ausência de vazão constante em todo seu percurso;
- Interrupção do fluxo de água superficial em um determinado manancial;
- Corpos de água que apresentam ausência de fluxo superficial em períodos de estiagem;
- Corpo de água que interrompe o fluxo de forma natural em uma parte do ano;
- São corpos de água com fluxo perene apenas no período chuvoso;
- Corpo de água intermitente àquele que tem escoamento somente um período /ano.

O grupo discutiu sobre a utilização da palavra “fluxo” e “vazão” uma vez que esta se falando de “corpos d’água” intermitentes e portanto não somente rios. Estão incluídos nesse conceito lagos, lagoas, nascentes, entre outros, e que, portanto não cabe na definição a palavra fluxo e vazão.

Também foi discutida a relação com o lençol freático e aquífero tendo sido questionada a inclusão ou não de águas subterrâneas.

Foi consenso do grupo não utilizar a palavra vazão e fluxo no conceito de corpos d'água intermitentes. Também ficou acordado que trataríamos apenas de superficiais, sendo sugerido então “corpos de água superficiais intermitentes”.

**Definição (Síntese): “Corpos d'água superficiais intermitentes são àqueles que apresentam ausência de água, em alguns períodos do ano, de forma natural.**

## **2 – Quais as precondições necessárias à gestão de recursos hídricos em corpos d' água intermitentes? (definições dos participantes)**

- Classificação dos corpos d'água, conhecimento da biota aquática, conhecimento e definição dos usos;
- Um inventário dos corpos d'água intermitentes e efêmeros do Estado;
- Metodologia própria para outorga de corpos d'água perene/intermitente /efêmero;
- Diagnóstico e monitoramento para conhecer a realidade;
- Mapeamento e caracterização hidrológica e de qualidade dos corpos de d'água;
- Levantamento/cadastro da demanda;
- Identificação e classificação dos corpos d'água na área de influência;
- Identificação de sazonalidade dos recursos hídricos;
- Cadastro de demandas;
- Critérios de outorga;
- Estudos regionalizados e ou equipe multidisciplinar para análise de cada caso;
- Cadastro de usuários de Bacia, dados de quantidade e qualidade de água e de plano de bacia;
- Estabelecimento de vazões de referencia e seus usos;

- Dados técnicos em geral, corpo técnico capacitado; legislação adequada e recursos financeiros;
- Conhecimento da faixa intermitente e correlação com o aquífero;
- Construção de barramentos para abastecimento humano e dessedentação de animais.

O grupo após ampla discussão concluiu que como pré-condição necessária a gestão de recursos hídricos em **corpos d'água superficiais intermitentes** o importante é ter o conhecimento da situação real dos corpos d'água (cadastro, monitoramento, qualidade, etc.) e não a aplicação dos instrumentos, como Plano, Enquadramento, Outorga, etc.

**Síntese: Informações relacionadas à situação real: Diagnóstico e monitoramento dos corpos d'água superficiais intermitentes, por meio de equipe multidisciplinar.**

### **3 – O que existe hoje no seu estado ou instituição que viabiliza a gestão de recursos hídricos em corpos de água intermitente? (definições dos participantes)**

- Vistoria “in loco”; análise da relação demanda e disponibilidade e relacionar na outorga o monitoramento. **Pará**
- Agência de água; Conselho de Recursos Hídricos, Resoluções CONAMA/CNRH e equipe multidisciplinar. **Distrito Federal**
- Outorga Preventiva, Estudo dos Planos de Bacia, lançamento em classe II, Instrução Normativa. **Bahia**
- Plano, Outorga, Comitês e Monitoramento.(não tem rios intermitentes);
- Especificamente para corpos de água intermitentes atualmente não existe nada;
- Regionalização do Órgão Gestor, Secretaria de Estado para o semi-árido e Comitês de Bacia. **Minas Gerais**

Existência da emissão de Outorga apenas e em períodos chuvosos. **Bahia;**

**Conclusão: O que foi apresentado pelos participantes foi a estrutura existente em cada Estado para a gestão dos Recursos Hídricos de modo geral.**

**4 – O que pode ser feito pelos Estados e CNRH em termos de marco regulatório (adequações ou novas deliberações) como respaldo à gestão de corpos de água intermitentes? (definições dos participantes)**

- Regulamentação específica;
- Legislação específica e diferenciada obedecendo a diferenças regionais;
- Novas deliberações;
- Resoluções específicas para classificação, enquadramento e monitoramento;
- Elaborar Resolução propondo diretrizes de gestão para corpos d'água intermitentes;
- Adequar/ incluir na Resolução 357 enquadramento de corpos d'água intermitentes;
- Capacitações como esta para Órgãos Gestores de Recursos Hídricos;
- O CNRH deverá elaborar Resolução definindo parâmetros ([DBO, CT) lóticos e (Nitrogênio e Fósforo) lenticos, não se atrelando a Resolução CONAMA 357/05;
- Resoluções específicas incorporando as especificidades de corpos d'água intermitentes tratando de critérios de Outorga, Cobrança e Enquadramento;
- Criação de uma regulação específica com exigências mínimas de tratamento de efluentes para lançamento de efluentes em rios intermitentes.

**Síntese: Necessidade de adequação da legislação existente ou estabelecimento de nova legislação contemplando procedimentos e critérios específicos para outorga, enquadramento e outros instrumentos para corpos d'água superficiais intermitentes.**

